



Discurso do secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, na mesa 'Internet e direitos humanos' do evento #ArenaNETMundial

(24/4/14, às 14h, no Centro Cultural Vergueiro)

Boa tarde a todos e todas.

É um prazer estar aqui com vocês nesse evento que discute a internet de forma participativa. Agradeço o convite em nome dos meus amigos da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Além da minha fala, tenho a honra de moderar essa importante mesa. Cumprimento meus companheiros Leonardo Sakamoto; Éréme Zimmermann; GOG; Nana Queiroz; TC; e Pablo Capilé. Ao cumprimentá-los, saúdo todos os presentes.

Antes de começar, quero expor minha humildade perante o tema, pois entendo pouco dos aspectos técnicos, os efeitos detalhados de cada norma ou política, as discussões avançadas que vocês têm sobre o tema. Talvez eu consiga conhecer um pouco mais aqui no #ArenaNET sobre o assunto e espero contribuir com as questões específicas de direitos humanos que considero importantes para a discussão.

Na internet, a mistura de culturas e línguas ganha espaços sem precedente, a diversidade aumenta exponencialmente, a comunicação humana adquire novas formas todos os dias.

A globalização e a informatização mudaram o paradigma da comunicação e, agora, enfrentamos uma série de novos desafios. Precisamos traduzir os já existentes princípios

de direitos humanos para a internet, para que o ambiente *online* possa ser um ambiente regido por relações justas, cidadãs e humanas.

O debate de hoje é uma contribuição importante para promoção do diálogo e da cooperação em direitos humanos, bem como forma de pensarmos em novas maneiras de interagir.

Um dos principais desafios da humanidade é superar a cultura de violência, substituindo-a por uma cultura de direitos. Sabemos da importância dos meios de comunicação para a construção de culturas sociais, e a dependência dos meios tradicionais dificulta grandes mudanças neste aspecto. Portanto, a internet tem o potencial de disseminar essa nova cultura humana e horizontalizada.

Além disso, a internet tem proporcionado novos tipos de relacionamentos e dinâmicas sociais. Especialmente nos últimos anos, pudemos ver uma série de mobilizações pelo mundo e também em nosso próprio país, para as quais a internet teve um papel agregador fundamental.

A internet é também uma ferramenta essencial para criação de redes de direitos humanos, pelo meio das quais a sociedade civil pode se fortalecer mutuamente, pode encontrar amplificação de suas denúncias, campanhas e mobilizações em busca do direito de todas e todos.

É uma grande oportunidade para a sociedade mundial usar a internet para promover o diálogo intercultural em direitos humanos.

Por isso, a busca por informações, recebê-las sem restrições, e poder divulgá-las, é um direito de todo cidadão e cidadã. O direito à informação e o direito à comunicação, entendidos como direitos humanos fundamentais, só podem ser exercidos em uma rede livre de barreiras.

Este pensamento está de acordo com o art. 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos, que define que toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão, ter

opiniões e procurar receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.

A acessibilidade e neutralidade na internet tornam-se questões centrais neste contexto, para que as pessoas possam desfrutar da internet como ambiente para obter informações, lazer, comunicação, mobilização política e diálogo.

Claro que todos aqui sabem da importância e o avanço que significou a aprovação do Marco Civil da Internet nesta semana. Em uma internet neutra, na qual todos podem ter acesso uniforme ao conteúdo, sem discriminação, controle de tráfego, censura ou interferência imposta por barreiras de controle econômico, garantimos mais um passo pelo acesso à internet no país. Isso significa, especialmente, igualdade de oportunidades a todos os usuários da rede.

O Marco Civil da internet ainda tem outra característica importante, que é o protagonismo da sociedade civil na agenda. A elaboração participativa do Projeto de Lei virou referência mundial de experiência de participação social, reforçando o entendimento de que esse deve ser o método de gestão dos mais diferentes governos. Apenas com a participação social teremos resultados qualificados em quaisquer políticas.

Além do Projeto de Lei em si, a mobilização da sociedade civil foi primordial para a aprovação do texto, garantindo princípios de direitos humanos e cidadania, superando pressões corporativas de grandes interesses econômicos.

Ainda na questão da participação social, é importante lembrar que o Marco Civil fortaleceu a prática atual da governança multiparticipativa da internet, de forma transparente, colaborativa e democrática, com a participação do governo, setor empresarial, sociedade civil e comunidade acadêmica. Também reforça a necessidade do Poder Público buscar a participação social pela internet.

Avançando na conversa, para além das questões da neutralidade e da acessibilidade, lutamos também pela privacidade e liberdade na rede. Parece-me que ainda temos questões a tratar sobre esses pontos no âmbito do Marco Civil, mas para além disso, há algumas questões difíceis que gostaria de refletir conjuntamente aqui.

Nenhum direito fundamental é absoluto. Todo direito pode sofrer restrições caso entre em choque com outro direito também fundamental. A grande questão é como resolver esses choques, porque todos os direitos envolvidos são igualmente importantes.

Então, por mais que a gente defenda a liberdade e privacidade na rede – o que eu defendo também! – há limites impostos pela garantia de outros direitos humanos que podem eventualmente ser prejudicados.

Não é possível admitir, por exemplo, a livre circulação de conteúdos com pornografia infantil, redes de tráfico de pessoas ou discursos de ódio e preconceito que incitem à violência.

É verdade que o problema desses crimes não é da internet, mas das pessoas que usam a internet. A internet é apenas o veículo, mas com um grande potencial disseminador.

Também não podemos tratar todos como suspeitos *a priori*, pois isso seria uma restrição abusiva de direitos. É importante a discussão no Marco Civil sobre a necessidade de ordem judicial para avançar na privacidade virtual de cada um.

Precisamos pensar e progredir no debate para resolver esses conflitos, atuando na rede ou fora dela. Crianças e adolescentes devem ser orientados para que tenham acesso seguro à internet. Devemos disseminar informações sobre os canais de denúncia e qualificar a investigação de situações como estas que mencionei.

Vamos trabalhar para que a internet seja uma ferramenta para espalhar a cultura de direitos, ajudando a substituir uma cultura de violações que naturaliza a violência.

Bom evento! Forte abraço e obrigado!